



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022

Protocolo nº 0067526-73.2021.8.16.6000

TIPO: MENOR PREÇO (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO)

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR DO TIPO *SPLIT INVERTER* A SEREM INSTALADOS EM PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM TODAS AS COMARCAS DO ESTADO DO PARANÁ

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná torna público aos interessados que realizará licitação, cuja sessão ocorrerá no dia, horário e local abaixo:

DATA INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	14/01/2022
DATA LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	27/01/2022 às 13:00 horas (Horário de Brasília – DF)
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	27/01/2022 às 13:00 horas (Horário de Brasília – DF) ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data
INÍCIO DA FASE DE LANCES:	27/01/2022 às 13:30 horas (Horário de Brasília – DF)

LOCAL: o local de recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <http://www.licitacoes-e.com.br>, conforme datas e horários definidos acima.

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da licitação.

O edital, as especificações e os projetos estarão disponíveis gratuitamente às interessadas nos sites www.tjpr.jus.br/editais e www.licitacoes-e.com.br ou, ainda, pelo endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br.

Horário de atendimento: das 12:00 (doze) às 18:00 (dezoito) horas dos dias úteis.

Telefones: (41) 3250-6541 ou (41) 3250-6542.

Responsáveis pelos esclarecimentos: Pregoeira Estela Costa; Chefe da Divisão de Engenharia, servidor Alexandre Arns Steiner; Consultora Jurídica Mariana Oliveira Christo Fernandes.

CAPÍTULO 1 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente edital será regido pela Lei Estadual nº 15.608/2007, pela legislação nacional sobre normas gerais de licitação, Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, assim como pela Lei Complementar nº 123/2006 e legislação correlata.

CAPÍTULO 2 – DO OBJETO

2.1. O certame licitatório tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR DO TIPO SPLIT INVERTER A SEREM INSTALADOS EM PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM TODAS AS COMARCAS DO ESTADO DO PARANÁ, conforme relação em anexo.

CAPÍTULO 3 – DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Por força do disposto no artigo 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, o preço máximo global deste certame está fixado em **R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)**, conforme Anexo.

3.2. A despesa decorrente da contratação ficará à conta da dotação orçamentária do Departamento Econômico e Financeiro - DEF, do exercício de 2022, por meio do elemento 4.4.90.52.34 – denominada Despesa Capital – Equipamentos e material permanente – Máquinas, utensílios e equipamentos diversos.

CAPÍTULO 4 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer cidadão ou licitante poderá apresentar impugnação aos termos do edital ou solicitar esclarecimentos até dois dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, a qual será julgada em até um dia útil. Decairá do direito de impugnar a licitante que não observar o prazo fixado e quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo serão recebidas como pedidos de esclarecimentos.

4.2. Eventuais impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formulados por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone, no horário das 12:00 (doze) às 18:00 (dezoito) horas dos dias úteis.

4.3. As respostas aos esclarecimentos e impugnações integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites www.tjpr.jus.br/editais e www.licitacoes-e.com.br.

4.3.1. Orientamos a interessada a efetuar o download do edital no site www.tjpr.jus.br/editais para obter aviso automático de todas as atualizações.

CAPÍTULO 5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1. A licitante deverá estar previamente credenciada no sistema de licitações do Banco do Brasil S.A. e dispor de chave de identificação e senha, sendo esta de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo ao Tribunal de Justiça responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido do sistema, ainda que por terceiros.

5.1.1. Demais informações poderão ser obtidas diretamente no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelos telefones 4004-0001 – capitais e regiões metropolitanas ou 0800-729-0001 – demais localidades.

5.2. O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão.

5.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente pela licitante ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

5.4. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e documentos, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

CAPÍTULO 6 – DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as empresas regularmente estabelecidas no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de empresas:

- a)** com seus cadastros suspensos ou cancelados e/ou que tenham sido declaradas na forma do inciso V do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- b)** punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007, enquanto durar a penalidade;
- c)** punidas com a sanção prevista na letra anterior (b), durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado do Paraná, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- d)** impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, conforme artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002;
- e)** punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, enquanto durar a penalidade;
- f)** declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- g)** estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- h)** ou sociedades estrangeiras que não funcionem regularmente no país.

6.2.1. Não poderão participar, ainda, direta ou indiretamente, os interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 16 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e quem estiver condenado por improbidade administrativa nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3. Para participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. Caso a manifestação se mostre inverídica, a licitante será desclassificada ou inabilitada e ficará sujeita às sanções previstas neste edital e nos artigos 150 e seguintes do Capítulo V da Lei Estadual nº 15.608/2007.

6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que se identificarem como ME ou EPP no campo apropriado do sistema.

6.4.1. É de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento como ME ou EPP no sistema eletrônico.

CAPÍTULO 7 – DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS E JUNTADA DE DOCUMENTOS

7.1. O cadastro da proposta no sistema licitações-e deverá ser feito no “Menu Opções da Licitação”, opção “Oferecer Proposta”, contendo:

- a)** o valor proposto, resultante da aplicação de percentual de desconto ofertado sobre o valor máximo previsto no Capítulo 3 deste Edital, cotado em moeda nacional com no máximo duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

a.1) Considerando que o critério de julgamento do presente pregão é o menor preço/menor percentual de desconto, o desconto a ser ofertado pelas licitantes também deverá observar o máximo de duas casas decimais após a vírgula (0,00%), a fim de se evitar incongruências quando da aplicação do desconto e/ou divergências caso necessário o arredondamento dos preços.

7.1.1. O valor final das ofertas somente será utilizado para fins de cálculo do percentual de desconto ofertado, permanecendo o valor máximo da ata conforme previsto no Capítulo 3 deste Edital.

7.1.2. Não haverá necessidade de apresentação de valor unitário para cada item da planilha de serviços/equipamentos em anexo, uma vez que o valor proposto pela licitante será extraído o respectivo percentual de desconto em relação ao valor máximo da Ata, o qual definirá a proposta mais vantajosa para o objeto deste certame, e será aplicado linearmente para todos os itens do mencionado Anexo, quando de cada contratação eventualmente efetivada.

7.1.3. No preço proposto deverão ser considerados todos os elementos relativos a realização dos serviços, tais como transportes, materiais e armazenamento, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, encargos sociais e despesas indiretas, encargos fiscais, tributos, seguros, tarifas de água e luz, licenças, alvarás e outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

7.1.4. Na planilha anexa a este Edital são apresentados os serviços com os custos unitários e também com a incidência do BDI. Para se determinar o valor final do item, deverá ser aplicado o Desconto sobre o Valor com BDI.

7.1.5. A proposta cadastrada no sistema não deve conter nenhuma identificação da licitante proponente (tais como nome, CNPJ, site da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

7.1.6. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.2. Após cadastrar o valor do lote, a licitante deverá clicar no botão "Estou Ciente" para enviar os documentos abaixo na opção "incluir anexo do lote", sob pena de desclassificação:

a) proposta assinada, contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do **modelo em anexo** (disponível para download no site <https://www.tjpr.jus.br/editais>);

a.1) na hipótese da proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato;

b) declaração de apresentação de proposta independente, ausência de impedimentos e cumprimento das exigências do edital, conforme o **modelo em anexo**;

c) declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o **modelo em anexo**;

c.1) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação SIMPLES;

d) folhetos ou prospectos (originais, fotocopiados ou qualquer outro processo de reprodução, perfeitamente legíveis), constando necessariamente as especificações técnicas dos produtos cotados, salvo se houver site da internet que apresente as especificações dos objetos, devendo este ser informado na proposta recomposta;

e) declaração conforme **modelo em anexo** de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;

f) documentação de habilitação, conforme previsto no Capítulo 13 do edital.

7.2.1. A identificação da licitante na documentação mencionada na fase do item 7.2 é obrigatória e não viola a disposição contida no item 7.1.1.

7.3. A arrematante que estiver cadastrada no SICAF fica dispensada de juntar os documentos de habilitação contidos no referido sistema que estejam dentro do seu prazo de validade.

7.3.1. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

7.3.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" ou "incluir anexo do lote" do sistema www.licitacoes-e.com.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

7.3.3. Caso solicitado o envio dos originais ou cópia autenticada dos documentos, estes deverão ser encaminhados aos cuidados da Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, no endereço Rua Álvaro Ramos, nº 157, 4º andar, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-190.

7.4. A licitante poderá, até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, excluir ou substituir a proposta e os documentos inseridos no sistema.

7.5. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital, em especial:

- a) Inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame, e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores;
- b) Prazo de validade da proposta não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame;
- c) Prazo de início da prestação de serviços deverá iniciar a partir do recebimento ou da data estabelecida na Ordem de Execução de Serviço ou da data estabelecida quando do envio da Nota de Empenho;
- d) os preços ofertados deverão refletir o preço CIF de mercado, ou seja, abrangendo todas as despesas que incidirem sobre eles, tais como, seguro, impostos, taxas, fretes, etc., e todas as obrigações previstas no Termo de Referência, especificações técnicas e na minuta contratual, em anexo;
- e) no caso de a aquisição ou prestação de serviço, objeto desta licitação, ocorrer de fornecedor paranaense, ou seja, em operação interna, deverá ser praticada com isenção do ICMS, conforme dispõe o item 121 do Anexo I – Isenções, do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.080/2012, editado com amparo no Convênio ICMS nº 26/2003, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, conforme endereço eletrônico <https://goo.gl/PeiX7Y>.
- f) todos os produtos cotados deverão ser de 1ª linha / qualidade.

7.6. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

CAPÍTULO 8 – DA ABERTURA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1. A partir do horário e dia referido no preâmbulo terá início a sessão pública do pregão com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lance, quando o Pregoeiro avaliará a aceitabilidade das propostas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

8.4. Após definida a classificação da(s) proponente(s), seu(s) representante(s) deverá(ão) estar conectado(s) na "Sala de Disputa" do sistema para participar da sessão de lances.

CAPÍTULO 9 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à etapa competitiva, momento a partir do qual os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2. Para efeito de lances, será considerado o **MODO DE DISPUTA ABERTO e considerado o preço global**, obtido da aplicação do percentual de desconto ofertado sobre o valor máximo da ata estabelecido no Capítulo 3 deste Edital, consignado na proposta.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.4.1. A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a R\$ 120,00 e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.4.2. O intervalo entre os lances intermediários enviados pela mesma licitante e entre os lances que reduzam a melhor proposta apresentada não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.

9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.6. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

9.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital da Lei Estadual nº 15.608/2007.

9.8. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances, que continuarão sendo recebidos. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício após comunicação expressa às participantes.

9.9. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.9.1. A prorrogação automática de que trata o subitem anterior terá duração de 02 (dois) minutos, período este que será renovado sucessivamente sempre que houver lances antes de seu término, inclusive lances intermediários.

9.9.2. Caso não sejam ofertados novos lances no prazo de 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.9.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa e em prol da consecução do melhor preço, admitir o reinício da fase de lances.

9.9.4. Para os lotes não destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte, após a conclusão da etapa de lances, o sistema detectará a existência da situação de empate ficto e convocará, na ordem de classificação, a ME ou EPP para apresentar nova proposta de preço inferior ao menor lance registrado, no prazo de 05 (cinco) minutos. Não havendo manifestação da licitante convocada, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática.

9.9.4.1. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que o valor da proposta apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada, desde que esta não esteja enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).

9.9.4.2. A situação de empate ficto será reapreciada sempre que houver desclassificação ou inabilitação da licitante melhor classificada, ou quando for chamada a licitante remanescente. Nesta hipótese, a licitante será convocada via sistema para apresentar proposta até às 19:00h do primeiro dia útil seguinte.

9.9.5. Após verificação do empate ficto e caso persista a situação, será adotado como critério de desempate, sucessivamente, a preferência por bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.9.6. Na hipótese de persistir o empate após a aplicação dos critérios do item acima, a proposta vencedora será obtida mediante sorteio.

CAPÍTULO 10 - DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto, o Pregoeiro encaminhará contraproposta diretamente à licitante detentora do lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor preço.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Concluída a negociação o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

10.6. Após a manifestação da arrematante, o Pregoeiro consultará as demais classificadas sobre o eventual interesse em figurar no cadastro de reserva, com preços iguais aos da licitante vencedora, de acordo com o Decreto Estado nº 7.303/2021.

10.6.1. Havendo interesse em participação no cadastro de reserva, o Pregoeiro deverá realizar nova classificação das propostas, respeitada a sequência de classificação anterior.

10.6.2. A licitante que não aceitar participar do cadastro de reserva, conforme o caso, poderá perder sua posição na classificação dos lances àquelas que aceitarem fazê-lo, sendo reinserida na ordem de classificação de acordo com o valor de sua proposta.

CAPÍTULO 11 - DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA

11.1. A arrematante deverá anexar ao sistema www.licitacoes-e.com.br por meio da opção “Enviar Anexo”, até as 19:00h do primeiro dia útil seguinte ao encerramento da etapa de lances, a proposta recomposta assinada contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo em anexo (disponível para download no site <https://www.tjpr.jus.br/editais>);

11.1.1. Na recomposição final, os preços unitários e totais dos itens que compõem a proposta recomposta não poderão ultrapassar os valores máximos que estão fixados neste edital, bem como, não poderão ser majorados os valores unitários consignados na proposta inicial.

11.2. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta cadastral da empresa (Portal da Transparência do Governo Federal, TCU, SICAF, SIMPLES NACIONAL, GMS/PR, TCE/PR e Hermes/TJ-PR), bem como do sócio majoritário no cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNIA/CNJ).

11.2.1. Será ainda consultada a situação da licitante no Cadastro Informativo Estadual – CADIN para verificar eventual impedimento de contratar e receber pagamentos.

11.3. A licitante poderá se cadastrar junto ao sistema SEI-TJPR, por meio do endereço <https://sei.tjpr.jus.br/externo>, o qual será utilizado para assinatura de documentos relativos à contratação, futuras comunicações e ciência de outros atos decorrentes desta licitação.

11.3.1. Também serão considerados idôneos para todas as comunicações os meios indicados pela arrematante na sua proposta (telefone, endereço para correspondência e e-mail que deve ser acessado nos dias úteis).

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1 poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado à critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de lotes da licitação.

11.4.1. É vedada a inclusão de documento que deveria constar originariamente da proposta inicial no prazo previsto no item 11.4.

CAPÍTULO 12 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço global/maior desconto.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os preços unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os de menor valor.

12.2. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida participar do certame;

- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos fixados, conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, ou preços manifestamente inexequíveis, observados os termos do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/07 e artigo 48, da Lei nº 8.666/93;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste Edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

12.3. No julgamento das propostas o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.4. Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal deste Tribunal de Justiça ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar suas decisões.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

12.6. Nos casos de licitação fracassada quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá conceder prazo para apresentação de novas propostas na forma do §3º do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CAPÍTULO 13 - DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- b) regularidade fiscal e trabalhista;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

13.2. Para Comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

- a) cópia do Contrato Social (ou instrumento equivalente - tais como estatuto social ou requerimento de empresário) com alterações e consolidação em vigor.

13.3. Para Comprovação da **REGULARIDADE FISCAL** e trabalhista que não estejam disponíveis em consulta pública na internet:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da arrematante;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da arrematante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB);
- e) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

13.4. Para Comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão(ões) negativa(s) de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da arrematante pessoa jurídica, ou certidão judicial atualizada de plano de recuperação acolhido ou homologado;

a.1) A certidão negativa de falência ou recuperação judicial deve ser expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), já exigíveis na data da abertura da licitação, assinados por Contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS –DISPONIBILIDADE INTERNA –IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas –FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que, a memória de cálculo deverá ser apresentada com duas casas decimais, desprezando-se as demais;

b.1) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

b.2) A comprovação de boa situação financeira da empresa, a que se refere a alínea “b”, será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG), maiores ou iguais a 1,0 (> ou = 1,0), resultante da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

b.2.1) As licitantes deverão comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, na forma do § 3º do art. 77 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

b.3) Todos os demonstrativos devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento do livro diário, apresentados em cópia autenticada ou acompanhados dos originais para possibilitar a sua autenticação e registrados na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, com assinatura do contabilista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade com CRC ativo e também a assinatura do titular da empresa.

b.3.1) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital poderão apresentar: balanço patrimonial e demonstração de resultado do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED) e recibo de entrega de livro digital na Receita Federal.

b.4) A ocorrência de algum equívoco na elaboração dos cálculos do item b.2, tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a correção dos mesmos, não será motivo de inabilitação;

13.4.1. Os índices contábeis exigidos representam o mínimo necessário para a aferição da boa situação financeira da licitante e estão de acordo com o previsto no art. 77 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

13.5. Para Comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Termo de Nomeação, assinado por todos os profissionais indicados, conforme modelo em anexo, devendo constar:

I - 1 (um) Engenheiro Mecânico, a ser designado como Responsável Técnico para a execução de serviços, pertencente ao quadro de responsáveis técnicos da empresa;

II - declaração de que possui também em seu quadro de funcionários, 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho, 1 (um) Engenheiro Eletricista, ou 1 (um) Técnico em Eletrotécnica, ou 1 (um) Técnico em Eletromecânica, podendo estes pertencerem ao quadro de permanente da empresa ou serem contratados como autônomos;

a.1) O Termo de Nomeação deverá conter declaração de que o pessoal técnico nomeado participará, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização do Tribunal.

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Certidão de Registro de Empresa junto ao CAU, dentro do prazo legal de sua vigência;

b.1) O profissional de nível superior legalmente habilitado designado como Responsável Técnico para a execução dos serviços, deverá obrigatoriamente constar da Certidão do Conselho respectivo;

c) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA, referente aos responsáveis técnicos de engenharia e Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CAU, referente aos responsáveis técnicos de arquitetura, dentro do prazo legal de sua vigência;

c.1) Caso haja formalização de contrato decorrente da ata de registro de preços, o vínculo contratual ou empregatício dos profissionais nomeados deverá ser demonstrado até 10 (dez) dias após a assinatura do mencionado termo, por meio de um destes documentos: Contrato Social (no caso de sócio da empresa), CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços.

c.2) Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no presente edital, a serem submetidos à análise e aprovação do Tribunal de Justiça.

d) No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

e) A empresa licitante deverá apresentar prova de que tenha executado serviços de Instalação de Equipamentos de Climatização de Ar com características semelhantes às exigidas no presente edital, por meio de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, que atenda ao contido nos itens "e.3" e "e.4", em que conste, obrigatoriamente, o seu início e término, sua localização, destinação e área de construção, com as seguintes características técnicas, consideradas como parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

I) Para a empresa (qualificação técnico-operacional):

I.I Execução de Instalação de Equipamentos de Climatização de Ar de pelo menos 100 equipamentos dos tipo Split, Sistema VRF ou similar, com quantidade de equipamentos individuais, em pelo menos dois endereços diferentes, concomitantemente, dentro do período de um ano.

e.1) Para comprovação da execução da instalação de no mínimo 100 (cem) unidades condicionadoras de ar será aceito apenas o somatório dos acervos técnicos cujos períodos de execução estejam compreendidos no mesmo período de 1 (um) ano. Portanto, não serão considerados para fins de somatório os acervos com períodos alternados de instalação, que ultrapassem este período de 1 (um) ano decorrido entre a data de início da instalação mais antiga e de término da instalação mais recente indicada nos diferentes acervos técnicos apresentados.

e.2) Para sistemas do tipo multi Split ou VRF, para contabilizar o número de unidades condicionadoras de ar instaladas será considerado o número de unidades evaporadoras, caso este número esteja adequadamente discriminado no acervo técnico ou atestado de capacidade técnica.

e.3) As Certidões de Acervo Técnico emitidas sem Atestado de Capacidade Técnica, deverão discriminar todas as exigências técnicas elencadas acima.

e.4) Nos casos de Certidões de Acervo Técnico emitidas com Atestado de Capacidade Técnica, este deverá também ser apresentado, devidamente firmado pelo contratante do projeto (público ou particular) e chancelado pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU);

e.5) Não serão aceitos atestados/acervos referentes às obras de conjuntos habitacionais (tipo: COHAB, COHAPAR, INOCOOP, etc.), instalações ou quadras esportivas, barracões industriais ou agrícolas e obras de arte, exceto;

e.5.1.) Para as exigências técnicas a serem comprovadas em metros quadrados (pela área da edificação), serão consideradas como válidas somente as áreas administrativas de tais espécies de obras, desde que clara e objetivamente descritas e discriminadas **na Certidão de Atestado Técnico e/ou Atestado de Capacidade Técnica** da obra;

e.5.2.) Para as exigências técnicas a serem comprovadas em unidades de medida diferentes de metragem quadrada (ou seja, por número de pontos, TR's, KVA's, etc.) serão aceitos os atestados / acervos de tais espécies de obras, desde que clara e objetivamente descritas e discriminadas **na Certidão de Atestado Técnico e/ou Atestado de Capacidade Técnica** da obra;

e.6) A empresa licitante deverá comprovar atendimento ao item "e", mediante uma ou mais Certidões de Acervo Técnico e/ou Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar tal aptidão;

OBSERVAÇÃO: OS ACERVOS E ATESTADOS APRESENTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL (DA EMPRESA), ONDE DEVE CONSTAR O NOME DA LICITANTE COMO EMPRESA EXECUTORA, IRÁ SE RESTRINGIR ÀS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA OS QUAIS FORAM EMITIDOS ESTES ACERVOS E ATESTADOS. ASSIM, POR EXEMPLO, OS ATESTADOS E ACERVOS EMITIDOS EM NOME DE UM ENGENHEIRO CIVIL (NO QUAL CONSTE O NOME DA EMPRESA LICITANTE COMO A EXECUTORA) IRÁ SE RESTRINGIR AOS SERVIÇOS QUE SÃO DE COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÃO DO ENGENHEIRO CIVIL, SENDO IGNORADOS, OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SUBESTAÇÃO OU EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO OU PONTOS DE CABEAMENTO ESTRUTURADO ETC. CASO ESTES ESTEJAM INCLUÍDOS NA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.

e.7) Os documentos solicitados a serem apresentados em nome dos profissionais indicados como responsáveis técnicos constituem comprovação de capacitação técnico-profissional e os documentos solicitados a serem apresentados em nome da empresa constituem comprovação de capacitação técnico-operacional.

e.8) Nos atestados em que o licitante conste como consorciado, serão consideradas as quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente na documentação o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante, o atestado não será considerado.

e.9) Em caso de divergência entre os dados de comprovação de qualificação técnica constantes na Certidão de Acervo Técnico e no respectivo Atestado de Capacidade Técnica, prevalecerá aquela que indicar o menor valor numérico.

e.10) O Atestado de Capacidade Técnica serve para comprovar a execução dos serviços discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada, que pode conter características, quantidades, prazos e níveis de satisfação de modo a complementar, caso necessário, o constante na Certidão de Acervo Técnico,

13.6. Para comprovação DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

a) declaração conforme modelo em anexo de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

13.7. A habilitação da arrematante cadastrada no SICAF será verificada por consulta aos documentos abrangidos pelo sistema e por meio de documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos de habilitação previstos neste capítulo, a ser anexada no sistema www.licitacoes-e.com.br, nos termos deste edital.

13.7.1. Os documentos abrangidos pelo SICAF são os relativos a:

- a) habilitação jurídica, exceto comprovação de legitimidade para assinatura de propostas e contratos de seu representante legal ou procurador;
- b) regularidade fiscal e trabalhista;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) qualificação técnica.

13.7.1.1. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.8. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

13.9. Nos casos de licitação fracassada quando todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá conceder prazo para apresentação de novas propostas na forma do §3º do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CAPÍTULO 14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no site do Banco do Brasil S.A para a participação do certame.

14.1.1. O CNPJ que deve constar nas certidões será da matriz, se o licitante for a matriz;

14.1.2. O CNPJ que deve constar nas certidões será da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz (FALENCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA);

14.1.3. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou lote respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Havendo alguma irregularidade ou restrição quanto aos documentos para prova de regularidade fiscal e trabalhista, das microempresas e as empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. O Pregoeiro poderá sanar irregularidade de habilitação se ausente ou vencido documento disponível em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, nos termos do art. 64, §4º, da Lei 15.608/07.

14.5. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o pregoeiro a declarará vencedora e, não havendo manifestação de recurso, poderá o pregoeiro adjudicar-lhe o objeto.

14.5.1. A comissão de licitação deverá solicitar à vencedora o cadastro obrigatório de usuário externo junto ao sistema SEI-TJPR.

14.6. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

14.7. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da habilitação, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia.

CAPÍTULO 15 - DOS RECURSOS

15.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema e de forma motivada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decadência do direito.

15.2. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licit@tjpr.jus.br.

15.3. As razões e contrarrazões deverão ser protocolizadas por meio de formulário eletrônico disponível no endereço <https://www.tjpr.jus.br/protocolo-admin>, no site do Banco do Brasil em anexo de proposta ou fisicamente na Divisão de Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça (Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, CuritibaPR, CEP 80.030-901), observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis.

15.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o pregoeiro terá até 5 (cinco) dias para:

- a)** Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- b)** Motivadamente, reconsiderar a decisão;
- c)** Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá 5 (cinco) dias úteis para decidir.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15.7. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

CAPÍTULO 16 - DAS PENALIDADES

16. A licitante que incorrer em infrações administrativas sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa, na forma prevista neste instrumento convocatório, com relação às infrações previstas neste edital, cometidas no processo licitatório;
- c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça, por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- e)** sanções previstas na minuta contratual às infrações cometidas na fase de execução contratual;
- f)** Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

16.2. A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

16.3. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação.

16.4. Ficam estipuladas as seguintes multas:

16.4.1. multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta, nas hipóteses:

16.4.1.1. a quem, quando solicitado, não entregar a documentação exigida para o certame, deixar de apresentar documento na fase de saneamento ou pré-contratual;

16.4.1.2. por não manter a proposta, deixar de assinar a ata de registro de preços, contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente;

16.4.1.3. por apresentar declaração falsa e/ou documento falso;

16.4.1.4. por fazer declaração falsa na fase de habilitação;

16.4.2. multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do pedido por deixar de assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços;

16.5. Fica estipulada a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos, na hipótese de:

16.5.1. Recusa injustificada, após ser considerada adjudicatária, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

16.5.2. Não manter sua proposta;

16.5.3. O licitante vencedor não reunir os requisitos de habilitação necessários à sua contratação, nos termos do §3º do art. 84 da Lei nº 15.608/07.

16.6. Nas hipóteses do item 16.5.3, será aplicada cumulativamente multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta.

16.7. A aplicação da sanção nas hipóteses previstas no item 16.5 deve observar o prazo de duração de no máximo 02 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, observado o disposto no art. 158 da Lei Estadual nº 15.608/07.

16.7.1. Quando a participante for punida com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibida de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior, nos termos do art. 155 da Lei Estadual nº 15.608/07.

16.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por até 5 (cinco) anos, será aplicada nas hipóteses em que o licitante:

16.8.1. Fizer declaração falsa na fase de habilitação;

16.8.2. Apresentar documento falso;

16.8.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

16.8.4. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

16.9. A conduta que seja considerada comportamento inidôneo e que não se enquadre em qualquer das condutas dispostas no presente capítulo estarão sujeitas às penas do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

16.10. Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/07.

16.10.1. A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer licitação promovida por este Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

16.11. As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

16.11.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios (art. 158, I da Lei Estadual 15.608/07);

16.11.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior (art. 158, II da Lei Estadual 15.608/07).

16.12. Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

16.12.1. As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.

16.12.1. Após a regular tramitação do procedimento descrito no caput e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

16.12.1.1. Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

16.13. Qualquer multa ou encargo imputado à empresa, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

16.14. As disposições do Capítulo de Penalidades não excluem a responsabilização da licitante por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

16.15. Quando a conduta da empresa acarretar na frustração do certame deverá ressarcir o Tribunal de Justiça no valor correspondente ao custo do processo de licitação, sem embargo de indenização suplementar caso o prejuízo exceda à referida quantia.

CAPÍTULO 17 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a homologação do resultado deste Pregão, o Tribunal de Justiça, Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e o número de fornecedores, convocará o(s) adjudicatário(s) para a assinatura da Ata de Registro de Preços, que publicada, aperfeiçoará o compromisso de fornecimento ou de execução nas condições estabelecidas.

17.2. A licitante que tenha o seu **maior percentual de desconto** registrado será denominada beneficiária do registro, as demais empresas licitantes habilitadas na sessão de pregão serão denominadas signatárias da ata de registro de preços.

17.2.1. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor (signatárias da ata de registro de preços), na sequência da classificação do certame, observará o seguinte:

- a)** o registro a que se refere o item 10.5 e seguintes deste Edital tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual nº 7.303/2021;
- b)** se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 10.5 e seguintes, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
- c)** a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

17.3. A Convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) vez a critério do Tribunal de Justiça, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

17.4. Ao assinar a Ata de Registro de Preços a empresa adjudicatária obrigará-se a fornecer os bens a ela adjudicados, com integral obediência às normas avençadas em relação aos elementos fornecidos e a responder pelo cumprimento da proposta apresentada.

17.5. A(s) beneficiária(s) do registro e as signatárias da ata de registro de preços deverão, obrigatoriamente, informar um e-mail válido e acessá-lo diariamente, exceto nos dias que não forem úteis, para as comunicações de se fizerem necessárias, inclusive para envio da nota de empenho.

17.6. A(s) beneficiária(s) do registro de preços e as signatárias da ata de registro de preços, sempre que convocadas, deverão comprovar as mesmas condições de habilitação, apresentando os documentos devidamente atualizados, consignados no edital convocatório, como condição para celebração da contratação.

17.7. Em caso de recusa ou impossibilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) em assinar a ata de registro de preços, ou quando a(s) beneficiária(s) do registro não fizer(em) a comprovação referida no item anterior ou se recusar(em) a firmar contratações, o Tribunal de Justiça adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, e convocará a licitante ou signatária da ata de registro de preços de classificação imediatamente posterior que aceitar fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação, sendo a esta atribuída a condição de beneficiária do registro.

17.8. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo Tribunal de Justiça, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

17.9. Na convocação das signatárias da ata de registro de preços, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o(s) convocado(s) apresentar(em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

17.9.1. Por ocasião da convocação, o beneficiário do registro, deverá apresentar os documentos relacionados no Capítulo 13, deste edital, devidamente atualizados.

17.10. A signatária da ata de registro de preços que passar à condição de beneficiária do registro estará sujeita às mesmas obrigações e penalidades decorrentes deste termo de referência e do instrumento convocatório.

17.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive os acréscimos de que trata a Lei Estadual nº 15.608/2007.

17.12. Durante a vigência da ata deverão ser mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CAPÍTULO 18- DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata do Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 112 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e no Decreto Estadual nº 7.303/2021.

18.1.1. O(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser revisto(s) em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Tribunal de Justiça, Órgão gerenciador, promover as necessárias negociações junto ao(s) fornecedor(es) ou executante(s).

18.2. Quando, por motivo superveniente, os valores registrados tornarem-se superiores ao preço praticado no mercado, o Departamento de Engenharia e Arquitetura deverá:

- a)** convocar a beneficiária do registro, para negociar a adequada redução do preço;
- b)** liberar a beneficiária do registro do compromisso assumido, caso se frustre essa negociação;

c) convocar a(s) signatária(s) do registro de preços subsequente, nos termos dos itens 10.5 e seguintes do Capítulo 10 deste Edital, visando a igual oportunidade de negociação.

18.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço resultante após a aplicação do desconto registrado, o fornecedor, mediante requerimento fundamentado, deverá demonstrar a impossibilidade de cumprir o compromisso, que será analisada pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura, que poderá:

- a) liberar a beneficiária do registro do compromisso assumido, sem iniciar procedimento para apurar falta que implique em aplicação de penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar a(s) signatária(s) do registro de preços subsequente, nos termos do Capítulo 10 deste Edital, visando a igual oportunidade de negociação.

18.4. Frustradas as negociações, o Departamento de Engenharia e Arquitetura providenciará a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

CAPÍTULO 19 - DA EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O beneficiário do registro deverá iniciar a execução após o recebimento da ordem de execução de serviços ou nota de empenho.

19.2. O Tribunal de Justiça promoverá por meio do Departamento de Engenharia e Arquitetura, a fiscalização e o acompanhamento do objeto contratado.

19.3. O setor requisitante endereçará ao Departamento de Engenharia e Arquitetura o pedido de solicitação de contratação no qual constarão, obrigatoriamente, protocolo de referência, número da licitação, Comarca(s) e/ou Foro(s), descrição do(s) serviço(s) a serem executado(s), conforme previsão editalícia.

CAPÍTULO 20 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo estabelecido pela administração do Tribunal de Justiça, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir os valores da planilha de Relação de Serviços, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Houver razões de interesse público.

20.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como unidade gestora, respeitados os ditames da Instrução Normativa 01/2013, de 10 de junho de 2013.

20.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CAPÍTULO 21 - DA CONTRATAÇÃO

21.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada por termo de contrato, a ser assinado pela adjudicatária no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério deste Tribunal, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.1.1. De acordo com a natureza e complexidade dos serviços e a critério do Departamento de Engenharia e Arquitetura poderá ser dispensada a formalização de termo contratual, sendo que a Nota de Empenho atuará como instrumento

equivalente, aplicando-se neste caso, os termos, obrigações e condições da minuta contratual (modelo em anexo).

21.2. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, todas as condições estabelecidas neste edital, na proposta da adjudicatária e na minuta Contratual em anexo.

21.3. Como condição para celebração do contrato a adjudicatária deverá:

- a) manter as condições de habilitação;
- b) não possuir fato impeditivo perante os cadastros do (Portal da Transparência do Governo Federal, TCU, SICAF, GMS/PR, TCE/PR e Hermes/TJ-PR);
- c) não possuir registro no Cadastro Informativo Estadual – CADIN, nos termos do art. 3º da Lei Estadual nº 18.466/2015, c/c. art. 7º do Decreto Estadual nº 1.933/2015.

21.4. Em caso de recusa ou impossibilidade da adjudicatária em assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, realizar os serviços, o Tribunal de Justiça adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como poderá convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos deste edital e feita a negociação, contratar com a Administração.

21.5. O envio da Nota de Empenho/ Ordem de Execução de Serviços, para a CONTRATADA, autoriza a execução do serviço e demarcará o início do prazo de execução.

21.6. O Custo de cada contratação será obtido pela multiplicação da quantidade necessária de cada item pelo seu valor unitário.

21.7. Os prazos de execução dos serviços de fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado são os seguintes:

- a) para até 5 equipamentos, o prazo será de 30 dias;
- b) para até 10 equipamentos, o prazo será de 60 dias;
- c) entre 11 e 20 equipamentos o prazo será de 80 dias;
- d) entre 21 e 30 equipamentos o prazo será de 90 dias;
- e) para mais de 30 equipamentos o prazo será de 120 dias.

21.7.1. Os prazos acima definidos deverão ser cumpridos independentemente do número de contratos a serem executados concomitantemente.

21.7.2. O fornecimento dos equipamentos e sua respectiva instalação deverão ser executados de acordo com o planejamento do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

21.8. A apresentação de cronograma físico-financeiro ficará adstrita à contratação com prazo de execução superior a 30 dias. O cronograma físico-financeiro será definido pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura, no momento da formalização do pedido de contratação, em consonância com o § 2º, do art. 25 do Decreto Estadual nº 7.303/2021. Para a fixação dos prazos e cronograma de desembolso serão considerados aspectos como a complexidade e o valor dos serviços a serem contratados.

21.9. Os requerimentos ou manifestações da vencedora/contratada, referentes à execução do objeto (por ex: alteração de marcas, prorrogação de prazos, etc.), deverão ser devidamente motivados, instruídos com documentos hábeis e protocolizados antes do término do prazo de entrega mediante formulário eletrônico disponível no endereço <https://goo.gl/qFjpC2> ou fisicamente na Divisão de Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça (Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.030-901), observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis.

CAPÍTULO 22 - DA LEI ANTICORRUPÇÃO

22.1. As licitantes e a beneficiária deverão atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

CAPÍTULO 23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O Tribunal de Justiça informa às licitantes que os dados pessoais e dados pessoais sensíveis apresentados no procedimento licitatório receberão o tratamento de acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Estadual nº 16.595/2010, visando o atendimento do interesse público.

23.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação:

- a)** promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;
- b)** relevar erros materiais, formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;
- c)** convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

23.3. A homologação do julgamento caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá, em despacho circunstanciado e no interesse público, presentes os requisitos legais, revogar a licitação ou anulá-la na hipótese de ilegalidade, sem que caiba ao licitante direito a indenização.

23.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e no contrato exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme prescreve o artigo 163 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

23.4.1. Só iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na Secretaria do Tribunal de Justiça, verificável através do endereço <https://www.tjpr.jus.br/calendario>.

23.5. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.6. Fica entendido que o presente Edital e todos os seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um, e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

23.7. O Tribunal de Justiça informa às licitantes que os dados pessoais e dados pessoais sensíveis apresentados no procedimento licitatório receberão o tratamento de acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Estadual nº 16.595/2010, visando o atendimento do interesse público.

Curitiba, 12 de janeiro de 2022.

Engº Reginaldo Mendes Júnior
Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura

ANEXOS A ESTE EDITAL OS QUAIS FAZEM PARTE INTEGRANTE DO MESMO

Anexo I	-	Relação das Comarcas
Anexo II	-	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	-	Declaração de apresentação de proposta independente, ausência de impedimentos e cumprimento das exigências do edital. (Capítulo 7, 7.2);
Anexo IV	-	Declaração de não utilização de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres (Capítulo 13, 13.6)
Anexo V	-	Modelo de Termo de Nomeação
Anexo VI	-	Modelo de Declaração de ME e EPP
Anexo VII	-	Modelo de Minuta Contratual
Anexo VIII	-	Minuta Ata Registro de Preços
Anexo IX	-	ELEMENTOS TÉCNICOS - Termo de Referência (Caderno de Encargos), Planilha de Serviços Cíveis e Elétricos, Planilha Referencial dos Equipamentos e demais documentos

ANEXO I - RELAÇÃO DE COMARCAS

1	Almirante Tamandaré
2	Alto Paraná
3	Alto Piquiri
4	Altônia
5	Ampére
6	Andirá
7	Antonina
8	Apucarana
9	Arapongas
10	Arapoti
11	Araucária
12	Assaí
13	Assis Chateaubriand
14	Astorga
15	Bandeirantes
16	Barbosa Ferraz
17	Barracão
18	Bela Vista do Paraíso
19	Bocaiuva do Sul
20	Cambará
21	Cambé
22	Campina da Lagoa
23	Campina Grande do Sul
24	Campo Largo
25	Campo Mourão
26	Cândido de Abreu
27	Cantagalo
28	Capanema
29	Capitão Leônidas Marques
30	Carlópolis
31	Cascavel
32	Castro
33	Catanduvas
34	Centenário do Sul
35	Cerro Azul
36	Chopinzinho
37	Cianorte
38	Cidade Gaúcha
39	Clevelândia
40	Colombo
41	Colorado
42	Congonhinhas
43	Corbélia
44	Cornélio Procópio
45	Coronel Vivida

82	Mandaguaçu
83	Mandaguari
84	Mandirituba
85	Mangueirinha
86	Manoel Ribas
87	Marechal Cândido Rondon
88	Marialva
89	Marilândia do Sul
90	Maringá
91	Marmeleiro
92	Matelândia
93	Matinhos
94	Medianeira
95	Morretes
96	Nova Aurora
97	Nova Esperança
98	Nova Fátima
99	Nova Londrina
100	Ortigueira
101	Palmas
102	Palmeira
103	Palmital
104	Palotina
105	Paraíso do Norte
106	Paranacity
107	Paranavaí
108	Pato Branco
109	Peabiru
110	Pérola
111	Pinhais
112	Pinhão
113	Piraí do Sul
114	Piraquara
115	Pitanga
116	Ponta Grossa
117	Pontal do Paraná
118	Porecatu
119	Primeiro de Maio
120	Prudentópolis
121	Quedas do Iguaçu
122	Realeza
123	Rebouças
124	Reserva
125	Ribeirão Claro
126	Ribeirão do Pinhal

46	Cruzeiro do Oeste
47	Curitiba
48	Curiúva
49	Dois Vizinhos
50	Engenheiro Beltrão
51	Faxinal
52	Fazenda Rio Grande
53	Formosa do Oeste
54	Foz do Iguaçu
55	Francisco Beltrão
56	Goioerê
57	Grandes Rios
58	Guaíra
59	Guaraniaçu
60	Guarapuava
61	Guaratuba
62	Ibaiti
63	Ibiporã
64	Icaraíma
65	Imbituva
66	Ipiranga
67	Iporã
68	Irati
69	Iretama
70	Ivaiporã
71	Jacarezinho
72	Jaguapitã
73	Jaguariaíva
74	Jandaia do Sul
75	Joaquim Távora
76	Lapa
77	Laranjeiras do Sul
78	Loanda
79	Londrina
80	Mallet
81	Mamborê

127	Rio Branco do Sul
128	Rio Negro
129	Rolândia
130	Salto do Lontra
131	Santa Fé
132	Santa Helena
133	Santa Isabel do Ivaí
134	Santa Mariana
135	Santo Antônio da Platina
136	Santo Antônio do Sudoeste
137	São Jerônimo da Serra
138	São João
139	São João do Ivaí
140	São João do Triunfo
141	São José dos Pinhais
142	São Mateus do Sul
143	São Miguel do Iguaçu
144	Sarandi
145	Sengés
146	Sertanópolis
147	Siqueira Campos
148	Teixeira Soares
149	Telêmaco Borba
150	Terra Boa
151	Terra Rica
152	Terra Roxa
153	Tibagi
154	Toledo
155	Tomazina
156	Ubiratã
157	Umuarama
158	União da Vitória
159	Uraí
160	Wenceslau Braz
161	Xambrê

ANEXO II (MODELO PROPOSTA DE PREÇOS)**PROPOSTA DE PREÇOS:**

Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Estadual nº 15.608/07 e às cláusulas e condições para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022.

1) **CONTRATANTE:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ (CNPJ 77.821.841/0001-94)

2) **DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR:**

Razão Social/Nome:	
Endereço Completo:	
CNPJ:	
Telefone:	
E-mail:	
Nome do Representante Legal ou Procurador, RG e CPF:	
Dados Bancários para pagamento: (Banco, AG, CC)	
Inscrição Estadual:	
Inscrição Municipal:	
Natureza Jurídica:	
Regime Tributário:	

Código CNAE (i) - atividade principal	
Código CNAE da Atividade do fornecimento	
Código CFOP (ii)	
Classificação NCM (iii)	
Optante Simples Nacional	Sim () Não ()
Optante pelo SIMEI (iv)	Sim () Não ()

- Algumas destas informações estão disponíveis no site <http://www.sintegra.gov.br/>
- (i) CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas;
- (ii) CFOP – Código Fiscal de Operações e Prestações;
- (iii) NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul;
- (iv) SIMEI – Sistema de Recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI)

3) **OBJETO:** PRODUTO () SERVIÇO () PRODUTO E SERVIÇO ()

Descrição do Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR DO TIPO SPLIT INVERTER A SEREM INSTALADOS EM PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM TODAS AS COMARCAS DO ESTADO DO PARANÁ**

4) **PREÇO:**

O desconto proposto sobre o valor máximo da Ata é de XX,X% (.....), a ser aplicado sobre a planilha de serviços em Anexo a este Edital quando de cada contratação eventualmente efetivada. (em caso de divergência do percentual apresentado em algarismo e por extenso, prevalecerá este último).

MUNICÍPIO FORNECEDOR	MUNICÍPIO PRESTAÇÃO/ENTREGA(*)

(*) Caso a prestação de serviço seja destinada a mais de um município, informar somente DIVERSOS LOCAIS.

COD-Lei Complementar 116/03 -	Cod. Municipal (**)
Descrição	

(**) Informar o código equivalente no Município, caso seja diferente ao da LC116/03.

Enquadrar o serviço como cessão de mão de obra () empreitada(). Em relação à retenção previdenciária, indicar em qual anexo a empresa se enquadra_____.

Declaro, para os devidos fins que são verdadeiras todas as informações aqui prestadas ao contratante, pelo que me responsabilizo civil e criminalmente, bem como que a apresentação desta declaração não dispensa minha obrigação como fornecedor/subcontratado de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação.

_____, ____ de _____ de 20XX.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Contador:

CRC :

Obs. Deverá ser feita em folha timbrada com o nome da empresa, preferencialmente.

ANEXO III

D E C L A R A Ç Ã O

(MODELO – 7.2)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 01/2022, sob as penas da Lei e do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame quanto a participar ou não da licitação;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame antes da adjudicação do objeto da licitação;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas;

f) não irá contratar para prestação do serviço, objeto deste certame, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 09/05 do Conselho Nacional de Justiça;

g) não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 229/16 do Conselho Nacional de Justiça;

h) está plenamente ciente de que a existência de registro no CADIN/PR impede a contratação com este Tribunal de Justiça, nos termos do disposto na Lei Estadual nº. 18.466/2015;

i) está plenamente ciente que seu credenciamento como usuário externo perante este Tribunal no sistema SEI-TJPR poderá ser utilizado como meio válido para quaisquer comunicações, intimações e assinaturas decorrentes desta licitação, dos procedimentos administrativos e da contratação;

j) está plenamente ciente de que é de sua exclusiva responsabilidade como cadastrado e usuário externo do sistema SEI-TJPR o sigilo da senha de acesso, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido e que deverá comunicar imediatamente este Tribunal sobre a perda da senha ou a quebra de sigilo, para imediato bloqueio de acesso; e

k) está plenamente ciente que seu credenciamento como usuário externo perante este Tribunal no sistema SEI-TJPR implicará em responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade e poderes conferidos para realização das transações inerentes aos documentos assinados.

l) em cumprimento ao disposto no inc. I do art. 7º da Lei nº 13.709/2018, por meio de seu representante legal, DECLARA para os fins do presente procedimento licitatório, que consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais (nome, RG e CPF) para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e em atendimento a Lei nº 12.527/2011 e ao princípio constitucional da publicidade.

Em _____ de _____ de _____.

Nome e C.P.F. do representante legal

Obs. A validade do presente documento é de um (01) mês, contado da data de sua assinatura.

ANEXO IV

**Declaração de cumprimento ao disposto
no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Capítulo 13.6)**

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____,
DECLARA para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 01/2022, não utilizar
mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a
realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não
utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de
16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze)
anos, conforme determinação Constitucional.

Cidade, ____ de _____ de 20xx.

Nome e C.P.F. do
representante Legal

ANEXO V

TERMO DE NOMEAÇÃO
AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022.

Atendendo a determinação do item 13.5, do Capítulo 13 – Da Habilitação, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, declara para os devidos fins que o profissional abaixo relacionado será o responsável pelo FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR DO TIPO SPLIT INVERTER EM PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NAS DIVERSAS COMARCAS DO ESTADO DO PARANÁ:

Habilitação	Nome	Área	CREA	Vínculo	Assinatura
Engenheiro Mecânico Responsável Técnico					

Declara, ainda, que:

- **possui também em seu quadro de funcionários**, 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho, 1(um) Engenheiro Eletricista ou 1(um) Técnico em Eletrotécnica, ou 1 (um) Técnico em Eletromecânica.
- se houver modificação do quadro, o Tribunal de Justiça será imediatamente comunicado, sendo que o substituto deverá apresentar a mesma qualificação técnica exigida na licitação e aceito pelo CONTRATANTE.

O profissional acima nominado firma a presente declaração, comprometendo-se a participar permanentemente, pela empresa, dos serviços objeto da licitação, ciente e de acordo com as cláusulas expressas na minuta do contrato, ao qual se sujeitam em conformidade com as condições estabelecidas no presente Pregão Eletrônico.

_____, ____ de _____ de 20xx

Nome e Assinatura do Representante

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, **DECLARA** para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 01/2022, sob as penas da Lei e do art. 299 do Código Penal Brasileiro que é _____ [MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL] nos termos da legislação vigente e **NÃO POSSUI** nenhum dos impedimentos previstos na Lei Complementar n. 123/2006, artigo 3º § 4º.

DECLARA, por fim, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação da empresa no certame e tem ciência da OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR ocorrências posteriores, inclusive fatos impeditivos e eventual incorrência nas condições de desenquadramento como _____ [microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual].

Cidade, ____ de _____ de 20xx.

Nome e C.P.F. do
representante Legal

ANEXO VII

Contrato nº ____/XXXXXX

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO QUE ENTRE SI FAZEM O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** E A EMPRESA _____, PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR DO TIPO SPLIT INVERTER EM PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NAS DIVERSAS COMARCAS DO ESTADO DO PARANÁ.

Na data da última assinatura eletrônica constante neste documento, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, Palácio da Justiça, sede do **PODER JUDICIÁRIO**, Centro Cívico, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 77.821.841/0001-94, representado neste ato por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, estabelecida na cidade de _____, na rua _____, nº _____, inscrita no CNPJ nº _____ legalmente representada por _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) em _____, na rua _____, nº _____, bairro _____, firmam o presente contrato, para execução de serviços de fornecimento e instalação de aparelhos de climatização de ar do tipo Split inverter no edifício _____, mediante as cláusulas e condições adiante discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A **CONTRATADA** fornecerá e instalará aparelhos de climatização de ar do tipo Split inverter no edifício _____, pelo regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com as especificações e demais discriminações constantes do expediente protocolizado no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça sob nº 0067526-73.2021.8.16.6000, que passam a fazer parte integrante do presente contrato.

§ Primeiro: São designados como responsáveis técnicos para execução dos serviços objeto do presente contrato os profissionais relacionados Termo de Nomeação constante nas fls. _____ e os profissionais que eventualmente venham a substituí-los no decorrer do contrato, cuja substituição tenha sido devidamente autorizada pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

§ Segundo: Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no edital, a serem submetidos a análise e aprovação do **CONTRATANTE**.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor básico do presente contrato é de R\$ _____ (_____), resultante da multiplicação das quantidades pelos valores unitários dos serviços necessários, apurados, de acordo com o previsto na Ata de Registro de Preços nº XX/20XX, aplicação de BDI e percentual de desconto previsto na Ata de Registro de Preços nº XX/20XX, devidamente descritos no pedido de contratação protocolado sob nº XXXX/XXX.

Parágrafo Primeiro: O valor constante do "Caput" desta cláusula será pago pelo

Departamento Econômico e Financeiro – DEF, em moeda corrente e legal do País, segundo o faturamento elaborado pela **CONTRATADA**, após verificação, medição e aceitação por parte da fiscalização do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo: Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, sendo abatidos das faturas aqueles não realizados e requeridos.

DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a **CONTRATADA** fornecerá o equipamento, o material e a mão-de-obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com os elementos técnicos indicados no pedido de contratação e demais discriminações constantes do protocolizado referido na cláusula Primeira do presente ajuste.

§ Primeiro: No decorrer da execução da obra, a **CONTRATADA** submeter-se-á à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações constantes do protocolizado referido na cláusula primeira.

§ Segundo: A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, obras e materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ Terceiro: A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

§ Quarto: A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, sendo que a sua eventual inadimplência não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e/ou o uso e destinação dos serviços, exceto no que diz respeito aos encargos previdenciários, pelos quais o **CONTRATANTE** responde solidariamente com a **CONTRATADA**.

§ Quinto: As dúvidas técnicas que acaso surgirem no decorrer dos serviços, serão dirimidas, em conjunto, pelos responsáveis técnicos de ambas as partes e homologadas pelo **CONTRATANTE**.

§ Sexto: A **CONTRATADA** ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o **CONTRATANTE** responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da **CONTRATADA**, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da **CONTRATADA**.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA: O prazo total para a execução dos serviços é de XXX (XXXXXXX) dias consecutivos, contados a partir do recebimento ou da data definida na Ordem de Execução de Serviço ou da data estabelecida quando do envio da Nota de Empenho.

§ Primeiro: Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos:

- I- alteração, pelo **CONTRATANTE**, do projeto ou especificações;
- II- superveniência de fato excepcional, imprevisível ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do **CONTRATANTE**;
- IV- aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;
- V- impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo **CONTRATANTE** em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- VI- omissão ou atraso de providências a cargo do **CONTRATANTE**, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

§ Segundo: Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, através de sua autoridade competente para celebrar o contrato.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I- Unilateralmente, pelo **CONTRATANTE**:

- a) Quando houver necessidade de modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa dos serviços a serem executados, dentro dos limites previstos pelo parágrafo primeiro desta cláusula.

II- Por acordo entre as partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação (execução dos serviços);
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ Primeiro: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

§ Segundo: No caso de supressão de serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE** pelos custos efetivos de aquisição, regularmente comprovados e monetariamente corrigidos.

§ Terceiro: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos,

bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ Quarto: Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ Quinto: Se no decorrer da execução do contrato o **CONTRATANTE** ordenar a execução de serviços não previstos no orçamento inicial, porém necessários e imprescindíveis à perfeita execução do objeto, ficarão tais serviços sujeitos ao regime de preços unitários vigorerantes à época da assinatura do mesmo.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: Caberá ao **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA** e pertinentes ao objeto do presente contrato;
- c) Assegurar o livre acesso às áreas envolvidas na obra de pessoa(s) credenciada(s) pela **CONTRATADA** para a execução dos serviços necessários;
- d) Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da(s) fatura(s) em dia.

CLÁUSULA SÉTIMA: Caberá à **CONTRATADA**:

- a) Apresentar até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, como condição para a expedição da ordem de execução dos serviços, os seguintes documentos:
 - a.1) Garantia de execução prevista na Cláusula Oitava deste contrato (que será exigida para as contratações de valor acima do limite estabelecido pela lei para dispensa de licitação em razão do valor – R\$33.000,00);
 - a.2) Proposta de seguro de responsabilidade civil contra terceiros, devidamente protocolada junto à companhia seguradora, prevista na respectiva Cláusula deste termo (que será exigida para contratações com serviços em altura, alta tensão ou que ofereçam médio ou alto risco);
 - a.2.1) A Apólice de Seguro de Riscos de Engenharia, nos termos da proposta, deverá ser apresentada **como condição para liberação da primeira/única parcela**.
 - a.3) Demonstração do vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais nomeados na licitação e neste Contrato como responsáveis técnicos, mediante cópia da CTPS, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços, devendo comprovar, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, a manutenção dos profissionais ou empregados indicados pela execução do serviço (que somente será exigido caso não constante dos documentos de habilitação);
 - a.3.1) Se houver alteração de responsabilidade técnica da Contratada, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Contratante, sob pena de rescisão contratual;
 - a.4) ART's ou RRT's dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos, devidamente quitadas. Caso a **CONTRATADA**, bem como o(s) profissional(is) nomeado(s), seja(m) sediada e/ou domiciliados em outra jurisdição, e, consequentemente inscrita no CREA de origem, deverá apresentar o visto da empresa, junto ao CREA do Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/1966, em consonância com o art. 1º da Resolução nº 413/1997 do CONFEA;

- a.5)** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Certidão de Registro de Empresa junto ao CAU, ou ambas para os casos de indicação, no Termo de Nomeação em anexo, de profissionais das duas áreas, que não seja pertencente ao quadro de responsáveis técnicos da empresa;
- b)** A Contratada não poderá transferir, subcontratar ou ceder total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da presente contratação;
- c)** Manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e a regularidade com todas as condições previstas no art. 35, incisos XII e XIII, da Lei Estadual nº 15.608/07;
- d)** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de preços e prazo de execução dos contratos, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** Manter atualizado, durante a vigência contratual, a indicação do ambiente físico ou virtual de comunicação à distância, nos termos do Art. 32 da Lei Estadual nº 15.608/2007, responsabilizando-se pela eventual demora na tramitação processual decorrente de mudança de endereço sem prévia comunicação ao CONTRATANTE, sujeita às sanções previstas no referido Diploma legal;
- f)** Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g)** É de responsabilidade da Contratada, a completa execução dos serviços, em todas as suas fases pelo preço constante de sua proposta sendo que em caso de mudança das instalações em uma determinada cidade, a mesma deve instalar no local indicado pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura;
- h)** Nomear 01 (um) Engenheiro Mecânico, a ser designado como Responsável Técnico, que deverá se reportar diretamente ao Juiz Diretor do Fórum ou servidor designado para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada pela Contratada;
- i)** Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, resultante da negligência ou conduta inadequada de seus empregados durante a execução do contrato, bem como, quando da utilização de materiais e equipamentos, independentemente de culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante, de acordo com art. 120, II, da Lei Estadual nº 15.608/ 07;
- j)** Atender a todas as despesas necessárias com os seus empregados encarregados da execução dos serviços contratados, incluindo locomoção, alimentação e hospedagem, bem como encargos técnicos e de seguro de acidente de trabalho, além de todas as obrigações sociais, patronais, patrimoniais, tributárias, trabalhistas e perante o CREA/PR, além de encargos securitários, previdenciários ou de qualquer outra natureza, passados, presentes e futuros relativos aos empregados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 121, da Lei Estadual nº 15.608/07;
- k)** O cumprimento de quaisquer formalidades referentes ao pagamento de multas eventualmente impostas pelo Tribunal de Justiça;
- l)** Ressarcir eventuais prejuízos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, na execução dos serviços;
- m)** Cumprir rigorosamente os prazos e especificações estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- n)** Prestar os serviços de instalação por técnicos especializados, devidamente treinados, uniformizados e identificados, habilitados a manter os equipamentos devidamente ajustados e em perfeitas condições de funcionamento e de segurança;

- o)** Garantir os serviços pelo prazo não inferior a 06 (seis) meses, computados da data da realização dos mesmos, independentemente do término da vigência do contrato;
- p)** Dispor de número de telefone, através do qual poderão ser comunicadas pelo contratante as avarias ou anomalias de funcionamento dos equipamentos;
- q)** Elaborar ao término do serviço no prédio um Projeto as-built (mecânico e elétrico) constando o tipo, marca, modelo, números de série e local de todos os equipamentos instalados e as alterações elétricas nos quadros, bem como entregar em cada local o controle e manual dos aparelhos, com termo de recebimento assinado pelo usuário. Devem ser passadas aos usuários informações básicas sobre a utilização dos equipamentos;
- r)** Colocar à disposição do Contratante, Equipe Técnica com qualificação e experiência profissional na atividade de instalação de ar condicionado, com pessoal habilitado, que deverá cumprir o horário comercial dos dias úteis, e deverá dispor de instrumentos de medição, ferramental e materiais necessários à perfeita realização do serviço. Todo e qualquer serviço a se realizar fora do horário de trabalho do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, deverá ser previamente programado e autorizado pelo Juiz Diretor do Fórum ou por servidor designado;
- s)** Fazer com que seus empregados e prepostos se submetam, durante o período de permanência nas dependências do Contratante, aos regulamentos de segurança e disciplina por este baixados.
- t)** Os empregados da Contratada deverão trajar uniforme com logotipo da empresa e crachá de identificação, enquanto permanecerem nas dependências do prédio do Fórum;
- u)** Os equipamentos a serem fornecidos devem ser novos com garantia do fabricante de pelo menos 01 (um) ano;
- v)** Prestar os serviços de instalação observando e obedecendo às disposições legais pertinentes à segurança e medicina do trabalho, bem como toda a legislação correlata em vigor ou que vir a ser criada;
- w)** Fornecer, às suas expensas, todo o equipamento e material de segurança coletiva (EPC) e individual (EPI), necessários à execução dos serviços de manutenção, devendo a empresa fiscalizar seu uso adequado por parte dos seus empregados e o correto cumprimento das normas e medidas de segurança;
- x)** Substituir, por solicitação do Contratante, o empregado que se mostrar inconveniente ou tecnicamente inadequado para a execução dos serviços;
- y)** Caberá a Contratada designar o número de equipes e funcionários que julgar necessários, sem qualquer ônus adicional ao Contratante, de forma a cumprir rigorosamente os serviços necessários;
- z)** Comparecer, sempre que convocada, às reuniões solicitadas pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assumindo todo o ônus do não comparecimento às reuniões;
- aa)** Sujeitar às correções solicitadas e devidamente justificadas pelos técnicos responsáveis pela fiscalização dos serviços executando-as dentro do que dispõe o presente contrato;
- bb)** Realizar os serviços de instalação de acordo com as condições estabelecidas no Edital, a responder pelo cumprimento da proposta apresentada, Normas Técnicas da ABNT e recomendações do Fabricante;
- cc)** Executar os serviços de instalação de segunda a sexta-feira das 12:00 às 19:00 horas, mediante a visita de um técnico credenciado e habilitado. Havendo necessidade de realização de serviços fora do horário acima, ficará a mesma

condicionada à prévia autorização expressa do Juiz Diretor do Fórum ou servidor designado;

dd) Os serviços de instalação, para evitar as penalidades por excesso de prazo na sua conclusão, poderão ser realizados após, ou antes, do horário normal acima estabelecido, em quaisquer dias da semana, inclusive feriados, devendo a Contratada, para tanto, enviar ao Juiz Diretor do Fórum ou servidor designado, se possível com antecedência de 01 (um) dia antes de iniciar a execução do serviço, documentação contendo as seguintes informações:

- Nome da Contratada;
- Relação do Pessoal, com respectiva identificação civil e/ou profissional;
- Identificação de portas a serem abertas e/ou dependências de acesso a serem utilizadas (escadas, circulações etc.), se for o caso;
- Nome do responsável técnico.

ee) Executar rigorosamente as recomendações do fabricante, procedendo às instalações, inspeções, limpeza, ajustes e lubrificações necessárias, com base nas características técnicas e uso do equipamento, não sendo permitidas variações, modificações ou adaptações de qualquer natureza, salvo se devidamente aprovadas pelo Contratante;

ff) Durante as visitas para a execução dos serviços, deixar avisos, próximos ao local, de que o mesmo se encontra em serviço;

gg) Executar todo serviço com o máximo possível de cuidado, para durante a execução não se causar danos de qualquer espécie no local, tais como: sujeira na pintura, quebra de vidros, de móveis, etc. Ocorrendo qualquer dano, o mesmo deverá ser imediatamente reparado pela parte causadora;

hh) Após o término dos serviços, efetuar a limpeza do local, sem deixar qualquer detrito do material utilizado ou ocorrido com a execução dos trabalhos;

ii) Deixar os equipamentos de ar condicionado em perfeitas condições de funcionamento e segurança, quando do encerramento dos serviços;

jj) Em caso de dúvidas quanto à interpretação dos serviços nos locais a serem instalados, sempre consultar a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo;

kk) O rol de serviços citados no caderno de encargos não é exaustivo, cabendo à Contratada a execução de outros recomendados além dos já descritos pela boa técnica, a atender à satisfatória instalação do equipamento de ar condicionado, incluindo todos os serviços civis (rasgos, refazimentos, pinturas, alvenaria, gesso, marcenaria, ferragens, etc.) e elétricos (quadro auxiliar, disjuntores, cabos, etc.) conforme necessidade de cada caso, sempre com o acabamento exigido pela fiscalização;

ll) A Contratada fornecerá todas as ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários à perfeita execução do serviço, assumindo inteira responsabilidade pelo seu uso, guarda e conservação, indenizando todo e qualquer dano e prejuízo pessoal e/ou material que possam advir direta ou indiretamente ao Contratante;

mm) Orientar o Contratante acerca da melhor utilização dos equipamentos, podendo, para isto, verificar, periodicamente, as condições de uso e manuseio deles para efeitos de garantia;

nn) Efetuar testes de segurança, conforme legislação em vigor e normas da Contratada;

oo) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços e/ou peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

pp) Refazer às suas custas, em prazo a ser acordado com o Contratante, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades, constatadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, inclusive com reposição de peças danificadas durante a instalação;

qq) Todos os equipamentos, os componentes, as peças e os materiais deverão possuir garantia Integral pelo período mínimo de 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo;

rr) A garantia dos equipamentos deverá englobar todas as despesas de equipamentos, componentes, peças e materiais e de mão-de-Obra. Bem como as de deslocamento, fretes, tributos e todas as demais despesas.

ss) A garantia inclui todos os procedimentos de manutenção corretiva e preventiva com fornecimento integral de peças;

tt) Deve ser considerado a instalação completa dos equipamentos com fornecimento de todas as peças e mão de obra necessárias a instalação e a partida (início de operação) dos equipamentos. As instalações e equipamentos devem atender a todas as normas em vigência, sem exceções;

uu) Atender as solicitações, a partir do relato formal por parte do Tribunal de Justiça do Paraná, em até 72 (setenta e duas horas) horas a contar do seu recebimento, de forma permanente, incluindo-se feriados e finais de semana, mediante a visita de um técnico credenciado e habilitado para a realização do serviço, sem custos a este Tribunal de Justiça no período da garantia;

vv) Deve ser comunicado a este Tribunal de Justiça, com a devida antecedência, a data para início das instalações em cada comarca, pois caso haja a necessidade de intervenções na parte civil e elétrica, que estas sejam efetuadas em tempo, para não intervir nas instalações mecânicas dos equipamentos;

ww) Não cabe a empresa alegação posterior de desconhecimento do edital, locais de instalação e itens a serem contemplados para a instalação e o perfeito funcionamento dos equipamentos de condicionamento de ar, conforme normas técnicas em vigência e exigências dos fabricantes dos mesmos;

xx) Deverão ser utilizados em todas as instalações materiais e equipamentos de primeira qualidade;

yy) Devem ser efetuados todos os testes de funcionamento exigidos pelos fabricantes dos equipamentos;

zz) Caso julgue necessário, o departamento de engenharia poderá solicitar a empresa outros documentos que julgar necessário;

aaa) Não podem ser gerados custos extras de qualquer natureza a este Tribunal de Justiça. Todos os valores a serem pagos estão apresentados neste contrato e eventuais Termos Aditivos.

DA GARANTIA

CLÁUSULA OITAVA: A **CONTRATADA** fica obrigada a comparecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, a fim de efetuar junto ao **CONTRATANTE**, depósito de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, a título de caução de execução, respeitados os acréscimos e supressões do objeto.

§ Primeiro: A **CONTRATADA** optará por uma das modalidades elencadas no artigo 102

da Lei Estadual nº 15.608/07, quais sejam:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança-bancária.

§ Segundo: Se a opção recair em Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10.01.02 (Código Civil Brasileiro).

§ Terceiro: Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

§ Quarto: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratado;

b) prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas punitivas aplicadas pela Administração;

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada;

§ Quinto: Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente cobertura para os eventos indicados no parágrafo anterior

§ Sexto: A garantia deverá vigorar durante toda a execução do contrato e até 06 meses após o Recebimento Definitivo da obra/serviço ou rescisão contratual, devendo ser renovada e complementada, após comunicação formal à **CONTRATADA**, na mesma proporção e época de eventual aditivo, a partir de eventuais prorrogações e adições ao ajuste, tantas vezes quanto for o próprio contrato para a execução dos serviços, sob pena de aplicação de multa contratual.

§ Sétimo: No caso de haver aditivos referentes a prazo e/ou serviços, a garantia complementar será de acordo com a modalidade adotada pela **CONTRATADA** e majorada à mesma proporção do referido aditivo.

§ Oitavo: A garantia será devolvida após decorridos trinta (30) dias do término do prazo de sua vigência ou se rescindido este contrato, contados do protocolo do requerimento, desde que comprovada pela contratada a quitação de todas as verbas decorrentes de vínculo trabalhista e não haja processo administrativo em curso.

§ Nono: Sem prejuízo de aplicação das sanções que lhe couberem, o Tribunal de Justiça recorrerá à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a **CONTRATADA**, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato.

§ Décimo: Na hipótese de não correção pela **CONTRATADA** de pendências e anormalidades verificadas na obra/serviço pelo **CONTRATANTE** e atestadas no Termo de Recebimento Provisório, o **CONTRATANTE** descontará da caução a importância correspondente.

§ Décimo Primeiro: No caso de rescisão do contrato por inadimplemento da **CONTRATADA**, será imediatamente acionada a garantia para sanar possíveis prejuízos acarretados ao **CONTRATANTE**, independente da aplicação de outras sanções.

CLÁUSULA NONA: Deverá a **CONTRATADA**, apresentar no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, proposta de seguro de responsabilidade civil, devidamente protocolizada junto à companhia seguradora. A respectiva apólice deve ser entregue como condição para liberação da primeira/única parcela e deve conter as seguintes coberturas:

- a) danos a obras e materiais, de 100% (cem por cento) do valor do Contrato;
- b) Responsabilidade Civil Cruzada (com ou sem fundação) abrangendo:
 - b.1) danos a terceiros, pessoas e/ou bens, resultantes de ação ou omissão da **CONTRATADA**, de 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato, limitada a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
 - b.2) danos a propriedade do **CONTRATANTE** e/ou terceiros que estejam sob sua guarda, custódia ou controle, de 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato, limitada a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
 - b.3) morte ou invalidez permanente de qualquer pessoa autorizada a visitar ou permanecer no canteiro de obras ou vitimada fora deste em razão da execução do objeto do Contrato, de 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato, limitada a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

Parágrafo Único: A cobertura do seguro deverá abranger o período correspondente ao início da execução do objeto do Contrato até **a lavratura do Termo de Recebimento Provisório**.

DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA: A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, avaliação e fiscalização por parte da equipe técnica do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça.

- § Primeiro: Competirá ao servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato comunicar falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar sua correção.
- § Segundo: Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e nos prazos estabelecidos.
- § Terceiro: A fiscalização, exercida no interesse do **CONTRATANTE**, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, seus agentes e prepostos, por qualquer dano que venha a causar ao **CONTRATANTE**.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O pagamento dar-se-á pelo Departamento Econômico Financeiro/Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, em moeda corrente e legal do país, pelos serviços efetivamente executados, de acordo com as etapas do **cronograma físico-financeiro, índices de desembolso referencial e obrigações pertinentes a cada etapa** apresentados pela **CONTRATADA**, após verificação, medição e aceitação dos serviços e sua compatibilização por parte da fiscalização do **CONTRATANTE**.

- § Primeiro: A cada vistoria, os serviços executados serão examinados, rejeitando-se aqueles que não satisfaçam às exigências legais e técnicas, não atendam às necessidades ou contrariarem os projetos ou especificações. Para os serviços não aceitos, será concedido prazo para refazimento.
- § Segundo: A **CONTRATADA** deverá notificar o **CONTRATANTE** através de **Requerimento de Medição** quando esta considerar os serviços previstos

Departamento de Engenharia e Arquitetura

para a etapa como cumpridos integralmente, para que no prazo de 21 (vinte e um) dias úteis seja constatada "in loco" pelo Fiscal da obra/serviços, a efetiva realização dos mesmos.

§ Terceiro: Constada a efetiva realização dos serviços, o Fiscal da obra/serviços emitirá a respectiva manifestação, a qual deverá autorizar ou não a emissão da nota fiscal correspondente;

§ Quarto: Caso não seja autorizada a emissão da Nota Fiscal, caberá novo **Requerimento de Medição** após decorridos 05 (cinco) dias úteis da manifestação, seguindo o trâmite do parágrafo segundo.

§ Quinto: Caso seja autorizada a emissão da Nota Fiscal pela fiscalização, a empresa deve encaminhar, **em meio digital**, o respectivo **Requerimento de Pagamento**, bem como os seguintes documentos:

a) Nota Fiscal, a qual deverá discriminar os valores referentes a custos de mão-de-obra e de materiais;

b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

c) Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;

e) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União¹;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

g) Guias da Previdência Social – GPS e respectivos comprovantes de recolhimento;

h) Guias de Recolhimento do FGTS – GRF e respectivos comprovantes de recolhimento;

i) Relação dos Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP;

j) Folha de Pagamento Mensal e Recibos de Pagamento de Funcionários, inclusive dos responsáveis técnicos nomeados;

k) Declaração de que possui escrituração contábil, firmada pelo contador e pelo responsável pela empresa, e que os valores apresentados encontram-se devidamente contabilizados;

l) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA/CAU dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos e Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA/CAU;

m) Demonstrativo de que as ART'S de execução dos responsáveis técnicos nomeados estão ativas, obtida mediante consulta pública no site do CREA/CAU respectivo.

§ Sexto: Recebido o **Requerimento de Pagamento** em meio digital, instruído com os documentos listados no § 5º, a fiscalização da obra/serviços deverá emitir o **Atesto na Nota Fiscal**, o qual perfaz-se em atestado de que houve o adimplemento dos serviços da etapa pela **CONTRATADA**. Emitido o Atesto, o **Requerimento de Pagamento** será encaminhado para conferência jurídica e documental;

§ Sétimo: Nos termos do art. 69, inciso II, alínea *h*, da Lei Estadual nº 15.608/2007, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento da parcela até o 30º dia a contar da data do atestado de execução dos serviços, ou seja, da emissão do **Atesto na Nota Fiscal** emitido pela fiscalização da

¹ De acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, a qual abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

obra/serviços, desde que em condições jurídicas e documentais de ser(em) liberada(s), observada a Instrução Normativa nº 05/2017-TJPR.

- § Oitavo: Na eventualidade de a empresa contratada apresentar ***Requerimento de Medição*** ou ***Requerimento de Pagamento*** sem condições de processamento e em desacordo com o disposto neste Capítulo, será notificada para sanar as pendências encontradas no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, sob pena de abertura de procedimento administrativo por descumprimento de Cláusula Contratual.
- § Nono: **Somente serão pagas medições integrais executadas de acordo com o previsto no cronograma físico-financeiro;**
- § Décimo: Deverão ser encaminhadas as guias de todas as competências vencidas durante a execução de cada etapa dos serviços.
- § Décimo Primeiro: As certidões negativas deverão estar vigentes no momento da liberação do pagamento e as obtidas pela internet estão sujeitas à verificação de validade e autenticidade.
- § Décimo Segundo: Para liberação da primeira/única parcela da obra/serviço deverá ser entregue a documentação exigida na Cláusula Sétima, alínea a.2.1 deste Contrato.
- § Décimo Terceiro: Para liberação de cada parcela do cronograma físico-financeiro a **CONTRATADA** deve observar as obrigações que devem ser cumpridas na respectiva etapa.
- § Décimo Quarto: A última parcela do cronograma físico-financeiro será quitada em duas etapas, sendo 95% (noventa e cinco por cento) quando da execução e recebimento da totalidade dos serviços previstos e 5% (cinco por cento) até 30 (trinta) dias depois, quando da apresentação de toda a documentação final da obra/serviço, conforme previsto na Cláusula referente às Obrigações da **CONTRATADA**.
- § Décimo Quinto: Quando da apresentação da fatura concernente à obra/serviço, a CONTRATADA deverá discriminar os valores referentes a custos de mão-de-obra e de materiais.
- § Décimo Sexto: Tendo em vista a IN nº 001/2019 –DTE/SEFA, o Estado do Paraná não possui convênio com a receita Federal, portanto não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP, que passarão a ser recolhidas diretamente pelos próprios credores.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Executado o contrato, a obra será recebida:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de quinze (15) dias da comunicação escrita da **Contratada**;
- b) Definitivamente, por Comissão presidida pelo MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum juntamente com o fiscal da obra e o representante da Contratada, mediante Termo circunstanciado, de acordo com o § 3º do artigo 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007.
- b.1) Na ausência do Juiz de Direito Diretor do Fórum, a função acima poderá ser exercida pelo Juiz substituto ou por outros Juízes da Comarca. Por fim, na falta de qualquer magistrado, a função acima poderá ser exercida pelo representante designado da Direção do Fórum.
- b.2) Em serviços executados em edificações onde não há Juiz de Direito atuando como Diretor, como por exemplo em edificações administrativas, a Comissão deverá ser presidida por servidor designado como síndico ou representante de direção juntamente com o fiscal da obra e o representante da Contratada.
- b.3) Em serviços executados em edificações onde não há Juiz de Direito atuando como Diretor e também não há servidor designado como síndico ou representante de direção, a Comissão deverá ser presidida pelo Diretor do Departamento de

Engenharia e Arquitetura (DEA) juntamente com o fiscal da obra e o representante da Contratada.

§ **Primeiro:** Não será lavrado o Termo de Recebimento Provisório se forem encontradas pendências a serem solucionadas pela empresa **CONTRATADA**.

§ **Segundo:** A **Contratada** ficará responsável pelos reparos e substituições necessárias, se houver, decorrentes de defeitos de execução, sem prejuízo do estabelecido nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula terceira do presente contrato.

§ **Terceiro:** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e a segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato, sendo que o prazo do artigo 618 da Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro) correrá a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências decorrentes do presente ajuste e as previstas em lei ou regulamento.

§ **Primeiro:** Constituem motivo para rescisão do presente contrato, além de eventuais outras previstas no artigo 129 da Lei Estadual n. 15.608/07:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, ou o seu cumprimento irregular;
- b) A lentidão no seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado, assim como o atraso injustificado no início dos serviços;
- c) A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- d) A subcontratação total ou parcial de serviços, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério;
- e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como o cometimento reiterado de faltas anteriormente anotadas em registro próprio pela fiscalização do **CONTRATANTE**;
- f) A decretação de falência, a instauração de insolvência civil, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;
- g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidência do **CONTRATANTE**;
- h) A supressão de serviços, por parte do **CONTRATANTE**, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido pelo parágrafo primeiro da cláusula quinta;
- i) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a cento e vinte (120) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- j) O atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, decorrente de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

k) A não liberação por parte do **CONTRATANTE**, da área ou local para a realização dos serviços;

l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente contrato.

§ Segundo: A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas "a" *usque* "g" e "l" do parágrafo anterior; amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação referido na cláusula primeira, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**; judicial, nos termos da legislação.

§ Terceiro: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE**.

§ Quarto: No caso das alíneas "g" *usque* "l" do parágrafo primeiro, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, que houver sofrido, tendo ainda o direito pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, e pagamento do custo de desmobilização, quando for o caso.

§ Quinto: Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução dos serviços será prorrogado por igual tempo, após prévia análise e autorização por parte do **CONTRATANTE**.

CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A rescisão de que trata a primeira parte do parágrafo segundo da cláusula anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste ajuste ou em Lei:

I- assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

II- ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso II do artigo 131 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

III- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único: A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II desta cláusula fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O descumprimento das disposições contratuais sujeita o contratado às sanções administrativas dispostas nos artigos 150 a 160 da Lei Estadual nº 15.608/07 e, subsidiariamente, nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02.

§ Primeiro: Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

§ Segundo: Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

§ Terceiro: A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer contrato firmado com o Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

§ Quarto: Os casos de ressarcimento dos prejuízos pela contratada, com a mitigação dos danos resultantes da infração, poderão ensejar a redução da(s) penalidade(s) pelo descumprimento contratual em metade até a instauração do processo administrativo de apuração da irregularidade e de até ¼ após a instauração até a decisão final.

§ Quinto: A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (*dies interpellat pro homine*), salvo previsão expressa.

§ Sexto: O cumprimento parcial da parcela em atraso reduzirá proporcionalmente a base de cálculo da penalidade de multa.

§ Sétimo: A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de multa.

§ Oitavo: As sanções de multa moratória não serão cumuladas com a pena de multa prevista para o caso de rescisão contratual, quando a rescisão decorrer da própria mora.

§ Nono: As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

§ Décimo: Poderá configurar a inexecução total da obrigação e a aplicação da penalidade prevista no item 6 da tabela abaixo, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada derivada de perdas e danos causados a este Tribunal de Justiça (decorrente das infrações cometidas), quando:

a) A execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total;

b) Houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas;

c) O atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos e não houver o interesse da Administração do Tribunal de Justiça em manter a contratação.

d) O descumprimento parcial prejudicar a solução como um todo;

§ Décimo Primeiro: A rescisão do contrato dependerá de análise de oportunidade e conveniência do Tribunal de Justiça.

§ Décimo Segundo: Sem prejuízo das demais penalidades, as de multa serão aplicadas conforme detalhamento constante da tabela abaixo:

	CONDUTA	PENALIDADE
01	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica;	<u>Primeira vez:</u> Advertência <u>Segunda vez e seguintes:</u> Multa de 0,1% a 1% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;

02	<p>O não cumprimento de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica;</p> <p>ou</p> <p>O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;</p>	Multa de 0,1% a 2% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
03	O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;	Multa de 0,1% a 3% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% do valor global (conforme contratação) do contrato, de modo que o atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato, incidindo, nesse caso, unicamente a multa do item 7 desta Tabela.
04	<p>Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa;</p> <p>ou</p> <p>Agir de má-fé na relação contratual;</p> <p>ou</p> <p>Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato;</p>	Multa de 0,5% a 10% do valor do contrato.
05	<p>Abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução total contratual quando não haja previsão de conduta específica;</p> <p>ou</p> <p>Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;</p> <p>ou</p> <p>Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidas na Lei Federal nº 8.158/1991;</p> <p>ou</p> <p>Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei;</p> <p>ou</p> <p>A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação,</p>	Multa de 1% a 10% do valor global do contrato.

	não admitidas no edital e no contrato; ou A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;	
06	Descumprimento ou inexecução total do contrato/obrigações que gere a rescisão contratual.	Multa de 5% a 20% sobre o valor global do contrato, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada, derivada de perdas e danos causados ao Tribunal de Justiça decorrente das infrações cometidas;

§ Décimo Terceiro: Caso a Contratada incorra em uma das condutas elencadas na presente Cláusula, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

§ Décimo Quarto: *As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.*

§ Décimo Quinto: Após a regular tramitação do procedimento descrito no caput e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

§ Décimo Sexto: Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

§ Décimo Sétimo: Qualquer multa ou encargo imputado à contratada, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

§ Décimo Oitavo: As disposições da Cláusula de Penalidades não excluem a responsabilização da contratada por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A despesa decorrente da execução do presente contrato ficará à conta da dotação orçamentária do exercício de 2022, estando os valores correspondentes à **execução de serviços de _____ no edifício do Fórum da Comarca de XXXXXXXXXXXX**, devidamente empenhados através do subelemento, conforme Nota de Empenho nº, emitida pelo Departamento Econômico e Financeiro – DEF em 20__ (dois mil e ____).

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O presente contrato terá vigência a partir de sua formalização até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do término do prazo de execução dos serviços.

§ Primeiro: O presente instrumento será automaticamente extinto com a lavratura do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo e mediante quitação de todos os haveres referentes à Contratação.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Aos casos não expressamente regulados pelo presente contrato, aplicar-se-ão as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e o Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002), assim como a legislação complementar pertinente.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente surgidas durante a execução da obra ou em decorrência do presente contrato.

Este contrato, que terá seu extrato publicado no "*DIÁRIO DA JUSTIÇA*" do Estado do Paraná, só se tornará perfeito e acabado, entrando em vigência, após cumpridas as formalidades legais.

E por estar assim justo e contratado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo devidamente assinado pelos representantes das partes inicialmente nomeados, juntamente com duas (02) testemunhas, como adiante se vê.

XXXXX

Presidente do Tribunal de Justiça

XXXXX

Empresa

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

ANEXO VIII**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – nº XX/20xx**

Aos xxxxxxxx dias do mês de xxxxxxxx do ano de dois mil e xxxxx na sede do Departamento do Patrimônio, localizado na Rua Álvaro Ramos, nº 157, 4º andar, Centro Cívico, Curitiba/PR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 77.821.841/0001-94, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador _____, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº XX/20xx, devidamente homologado às fls. xxx do aludido processo, resolve nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decretos Federais nºs 5.450/05, 3.555/00, 3.697/00 e 7.892/2013, Decretos Estaduais nºs 6.252/06, 4.880/01 e 7.303/2021, Decretos Judiciários nºs 29/03 e 189/04, Lei Estadual nº 15.608/07, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, Instruções Normativas nº 03/2007 e 01/2013 deste Tribunal de Justiça, Lei Federal nº 12.846/2013, Lei Federal nº 8.666/93, e legislação complementar, que regulamentam o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, **REGISTRAR OS PREÇOS DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR DO TIPO SPLIT INVERTER A SEREM INSTALADOS EM PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM TODAS AS COMARCAS DO ESTADO DO PARANÁ.**

1 - PROTOCOLO DE REFERÊNCIA: nº 0067526-73.2021.8.16.6000

2 - LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 01/2022;

3 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR DO TIPO SPLIT INVERTER A SEREM INSTALADOS EM PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM TODAS AS COMARCAS DO ESTADO DO PARANÁ

4 - ÓRGÃO GERENCIADOR: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

5 - LOCAL EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: prédios do Tribunal de Justiça em todas as Comarcas do Estado do Paraná.

6 - RESPONSÁVEL PELA REQUISIÇÃO E FISCALIZAÇÃO: Departamento de Engenharia e Arquitetura;

7 - BENEFICIÁRIO DO REGISTRO: XXXXXXXXX., CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxx, xxx Bairro – Cidade – Estado – CEP: xx.xxx-xxx – Fone: (xx) xxxx-xxxx – Fax: (xx) xxxx-xxxx – email: xxxxxxxx@xxxxxxxxxx.com.br, neste ato representada pelo Senhor xxxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº. x.xxx.xxx-x e CPF nº. xxx.xxx.xxx-xx.

8 - VALOR MÁXIMO DA ATA: R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)

9 – PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado, conforme § 1º do art. 10 do Decreto Estadual 7.303/2021.

10 - CONDIÇÕES: Em caso de eventual contratação, essa será regida em conformidade com o edital que regulamentou o certame licitatório.

O desconto ofertado, **no percentual de XX%** (XXXXXX pontos percentuais) incidirá de forma linear sobre todos os itens que compõem a planilha de serviços/equipamentos anexa ao edital de Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, quando de cada contratação eventualmente efetivada.

E por assim estarem justas e de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Curitiba, xx de xxxxxx de xxxx.

Xxxxx
Presidente do Tribunal de Justiça

Xxxxx
Empresa

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

ANEXO IX – ELEMENTOS TÉCNICOS: TERMO DE REFERÊNCIA (CADERNO DE ENCARGOS), PLANILHA DE SERVIÇOS CIVIS E ELÉTRICOS, PLANILHA REFERENCIAL DOS EQUIPAMENTOS E DEMAIS DOCUMENTOS

- Os elementos técnicos estarão disponíveis para *download* no *site* do Tribunal de Justiça, www.tjpr.jus.br/anexos-dos-editais
- A responsabilidade pela impressão dos elementos técnicos é da empresa licitante.